# 018ª Audiência Pública 30JUN2025

**Pauta:** Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

> **AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**
> A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade porto-alegrense que as Audiências Públicas destinadas a debater o projeto acima referido terão os seus locais alterados conforme a tabela abaixo. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br /processos/141278. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara
> ...30/06/25 Cruzeiro - Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul - R. Prof. Manoel Lobato nº 151...
> Porto Alegre, 18 de junho de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** (19h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da 18ª Audiência Pública para debater sobre o PLE n° 028/25, que autoriza a concessão de serviços públicos de saneamento e revoga o § 4º do art. 5º da Lei nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005. Convidamos para compor a Mesa: Sr. André Flores Coronel, secretário, representando o governo; o Dr. Carlos Eduardo da Silveira, procurador do Município; o Edson e a Sandra, representando o Simpa. A partir de agora estão abertas as inscrições. Eu gostaria que fizessem uma fila aqui: cinco pessoas que são contrárias ao projeto e cinco favoráveis. Registro a presença da Ver.ª Karen Santos. Mais algum vereador? Não enxergo; a princípio a Ver.ª Karen. Cada um terá cinco minutos para se expressar; vereadores poderá intercalar e pedir inscrição no momento que desejar. No início, agora, vamos dar 10 minutos para

o governo apresentar o projeto e 10 minutos para o Simpa. Passo, então, de imediato, para o Sr. André Coronel.

**SR. ANDRÉ FLORES CORONEL:** Boa noite a todos. É um prazer estar aqui junto à comunidade da Cruzeiro. Nós, como governo, estamos aqui para fazer esse debate público, um debate importante, que requer uma transparência por parte do governo nos seus propósitos. Cumprimento o presidente dos trabalhos, Ver. José Freitas; Luiz Afonso; Edson, Sandra; e o Carlos Eduardo, do DMAE. Primeiramente, eu queria fazer uma distinção que eu acho que é importante – muitas vezes as pessoas confundem concessão com privatização. Concessão de um serviço público é quando o poder público, de forma temporária, repassa um serviço à iniciativa privada para explorar essa atividade e, ao final de um prazo, retorna novamente para o poder público, ou se faz uma nova concessão. A privatização, ela transfere, para o poder privado, todos os bens, todo o serviço e nunca mais volta para o poder público. Ela se torna uma atividade privada. Exemplo de privatização: a CEEE Equatorial. No caso da CEEE Equatorial, o Estado vendeu a CEEE Equatorial para a iniciativa privada, foi adquirida pela iniciativa privada. A concessão é quando se transfere temporariamente um serviço ou uma atividade por um determinado período; depois desse tempo, ele retorna para o poder público ou a qualquer momento, se o poder público entender, também essa atividade retorna para o poder público. Então, essa é uma decisão bem importante, porque há muita confusão e desinformação, às vezes até deliberada, de confundir a população, de diferenciar, privatização de concessão. O que nós estamos propondo como governo é uma concessão parcial de algumas atividades do DMAE, especialmente a captação da água continua, o tratamento da água continua, o que vai para a iniciativa privada é aquilo que, efetivamente, a nossa comunidade mais precisa, que é rede de esgoto. Isso, hoje, pelos atuais níveis de investimento que o DMAE tem, de investir em algo em torno de R$ 100 milhões por ano, nos seus investimentos, demoraria 100 anos, 100 anos, para realizar os investimentos necessários para fazer esse saneamento alcançar 90% da população de Porto Alegre. O que a

gente pretende, com a concessão, é acelerar esses investimentos. A iniciativa privada, ao contrário da pública – vocês estão acompanhando, todos aqui estão acompanhando, por exemplo, o sistema de proteção de cheias da cidade. A administração pública tem processos, controles diferentes da iniciativa privada. Na pública, para qualquer coisa que você quer adquirir ou realizar um serviço, você é obrigado a fazer uma licitação. O que é uma licitação? É um processo administrativo, burocrático, tem que fazer um projeto daquilo, hoje, até um pré-projeto. Antes, precisava ser só um projeto; agora, a lei determina um pré-projeto, um projeto. Depois, tornar isso, através de um processo, público; tornar público para todos aqueles interessados a participar através de um edital. Depois, torcer para ninguém recorrer na justiça, naquela disputa. Depois, fazer a escolha da empresa vencedora. E, depois, torcer para que aquela empresa não tenha problema durante toda aquela execução do serviço ou da obra que ela tem que executar. Isso aí nós estamos falando de, mais ou menos, para qualquer processo interno da Prefeitura, nós estamos falando de seis meses. Ao contrário de uma empresa privada, se ela tem que trocar uma lâmpada, ela simplesmente vai lá e troca; ela não precisa fazer processo licitatório para nada. Por isso que a iniciativa privada consegue ter um processo muito mais acelerado de execução que o poder público. E isso é importante dizer, e não é uma questão ideológica, nada tem a ver com o partido ser de direita, ser de esquerda, ser do PT, ser do MDB. O governo Lula, por exemplo, ele exerce diretamente os processos de concessão no País. E, se vocês forem lá no *site* do governo federal, façam um teste, peguem seus celulares e coloquem assim: “governo federal concessões”. Peguem lá no Google, botem: “governo federal concessão”. E lá vai estar dito o quê? Que é um instrumento muito bom de velocidade nos investimentos; de trazer, inclusive, geração de emprego e geração de renda. O governo federal fez bilhões de reais em concessão. Por quê? Porque é um instrumento legal, e é um instrumento que acelera esses investimentos tão necessários para as pessoas mais necessitadas. Porque, afinal, quem é que precisa de esgoto sanitário, que hoje não tem esgoto? Aquelas pessoas mais necessitadas. A verdade é que a grande cobertura de Porto Alegre, da classe

média ou das classes mais abastadas, tem acesso a esgoto; quem não tem acesso a esgoto hoje é aquela comunidade que mais precisa. Então, a nossa intenção é lançar um edital, e a nossa responsabilidade, como poder público, é fazer o melhor instrumento possível de controle entre qualificar o serviço que vai ser realizado com uma tarifa módica, com uma boa tarifa. E, quando a gente botar o edital na rua, e a empresa que se habilitar for a escolhida, ela tem que pagar, ela vai pagar de forma onerosa o poder público. Para ela fazer parte desse serviço, ela vai dar como garantia disso um recurso, que a gente estima que hoje seja mais de R$ 1 bilhão, eu acredito, e esse recurso vai servir para exatamente subsidiar o valor da água.

Outro detalhe: tarifa social. A tarifa social está garantida, ela está mantida, porque é uma lei federal que regula a tarifa social. Aqueles que pagam tarifa social hoje, seja com atividade pública, também, obrigatoriamente, pagará na privada. Inclusive, todos nós que temos a CEEE Equatorial sabemos que, inclusive, é incentivada a tarifa social para que as pessoas, efetivamente, paguem uma taxa mínima para a empresa.

E, por último, eu gostaria de concluir dizendo o seguinte: nós tomamos a decisão, como governo, de manter todos, todos os servidores que hoje trabalham no DMAE vão ser mantidos na estrutura do DMAE, não haverá nenhum desligamento. Pelo contrário, nós temos interesse em manter os quadros do DMAE dentro do DMAE. Eles vão ser realocados para produção de água, para manter a captação da água e outros serviços, evidentemente, que o DMAE, que vai continuar parcialmente público, tem que manter. Então, o que a gente está exatamente propondo é fazer a concessão parcial daquilo que é o déficit na cidade. Tem uma lei federal, uma lei federal que fala do marco regulatório. Ela determina que, até 2033, 90% das pessoas tenham acesso à rede de esgoto. E é isso o que nós queremos cumprir, é isso que a gente quer acelerar, é isso o que a gente quer executar na cidade. Se a gente pegar nesse ritmo... E, muitas vezes, não é por má vontade do DMAE, é porque os processos internos, a burocracia do poder público, ela é muito maior do que na iniciativa privada.

Então, é uma forma que nós encontramos de tentar acelerar esses investimentos na cidade.

**SR. CARLOS EDUARDO SILVEIRA:** Boa noite a todos. Obrigado, secretário André Coronel, em nome de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa, presidente José Freitas. Essa é uma oportunidade de a gente justamente explicar as razões pelas quais o Município pretende levar à frente um projeto tão importante, um projeto que foca principalmente na qualificação dos serviços, a realização de investimentos a curto prazo, para que, efetivamente, se cumpra o Marco Legal do Saneamento. A gente tem inúmeras dificuldades hoje no saneamento em Porto Alegre, aqui estão algumas imagens das dificuldades, principalmente em relação ao esgotamento sanitário. (Refere-se à apresentação.) E o que se quer buscar é justamente isto, dar justiça, tratar igualmente todos os cidadãos, independentemente da região em que eles estão alocados.

Então, as razões fundamentais que nós temos para este projeto: primeiro, a dignidade. Dar dignidade às pessoas, respeitar os direitos humanos de todos. O segundo é a legalidade, atender ao Marco Legal do Saneamento. Nós temos um prazo exíguo, agora, até 2033; temos que cumprir metas de ampliação tanto da água quanto do tratamento do esgoto. Se nós não realizarmos investimentos o quanto antes, a gente terá dificuldade, inclusive com o engessamento de acesso a recursos financeiros federais. E democracia, é justamente esse processo democrático que nós estamos travando, fazendo inúmeras discussões agora em audiências públicas e futuramente, por ocasião da estruturação do projeto, não deixaremos de realizar todas as audiências, consultas necessárias também para ampliar o debate sobre o tema. E o que se propõe efetivamente neste momento é apenas um projeto de lei para a concessão parcial do saneamento que, a rigor, não precisaria, dispensaria o envio de projeto de lei à Câmara, já que a Lei Federal dispensa isso, a Lei nº 9.074 traz uma exceção para o saneamento dispensando o envio de projeto de lei. Mas o que se pretendeu foi justamente conferir um maior acesso, esclarecer as razões da administração justamente

para demonstrar que o objetivo fundamental é justamente qualificar os serviços. Dentre as metas que nós temos até 2033, então, é 99% da população com atenção à água potável, 90% de tratamento de esgotamento sanitário. E, além dessas metas, nós temos ainda uma redução de perdas, que hoje é uma perda significativa na distribuição da água, e a não intermitência, que é a falta d'água; hoje nós temos, em diversas ocasiões, a falta d'água e o que se pretende com as metas, com as normas da ANA, é justamente reduzir essa intermitência do fornecimento; além da melhoria dos processos de tratamento que a gente precisa qualificar também. Sem o cumprimento dessas metas, tanto as metas de 99%, 90% de esgoto, quanto as metas quantitativas de que tratam as normas de referência da ANA, não se tem acesso, então, a recursos federais. O cenário hoje de Porto Alegre envolve, ainda que a gente atenda já a meta de água, de distribuição da água, a gente tem, então, muito aquém disso, o tratamento do esgoto, 52%. A gente precisa evoluir muito e, para isso, é necessário realizar inúmeros investimentos. Para se ter uma ideia do tamanho dos investimentos, se nós pegarmos somente o esgoto, a meta prevista no Plano Municipal de Saneamento em 2015, atualizado para o valor presente, daria em torno de R$ 3,2 bilhões, enquanto o Município vem investindo cerca de R$ 97 milhões ao todo, todas as áreas do saneamento, por ano, e R$ 21 milhões em esgotamento sanitário. Então, estamos muito longe da necessidade. Isso representaria, se a gente concentrasse todos os esforços, em 30 anos de investimento só para atender as metas do esgotamento sanitário. Então, a concessão parcial, aqui já se disse, o projeto de lei, a intenção não é tratar da privatização, da transferência de um ativo público, mas, pelo contrário, uma qualificação dos serviços através de um investimento privado que reverte ao final da concessão para o poder público, retorna para o poder público. E nós temos inúmeros exemplos disso no País, já temos a Casal, em Alagoas; a Cedae, no Rio de Janeiro; no Ceará, a Cagece; a Caesa, no Amapá; Rondônia, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, então, inúmeros projetos. Isso demonstra que são inúmeros partidos, inclusive, à frente desses estados, desses municípios, o que demonstra que não é uma questão ideológica, a gente está tratando, justamente, de uma melhoria da

prestação de serviço. E aqui, exemplos de concessão e privatização, a gente tem, por exemplo, Cedae; Compesa, em Pernambuco; e Sanepar, no Paraná, todas elas foram concessões, o que é diferente do que já foi tratado aqui, como CEEE, Corsan, Sabesp, em que há uma privatização, uma venda do ativo público que não retorna novamente ao final da concessão. Exemplos de concessões e PPPs, já no município de Porto Alegre, temos Iluminação Pública, e aqui já houve um investimento grande na qualidade dos serviços; os abrigos de ônibus; temos Araújo Vianna, temos inúmeros outros projetos já de concessão em Porto Alegre. E aqui, as premissas que nós temos para este projeto, é justamente uma manutenção de todos os servidores, não se pretende fazer privatização, portanto, os servidores ficarão vinculados ao Município, ao DMAE. Se pretende que a captação e o tratamento da água permaneça com os servidores do DMAE, e que se atenda, principalmente, ao Marco do Saneamento, às metas que foram estabelecidas. Além, então, de investimentos e atendimento às áreas vulneráveis, fiscalização dos serviços, tanto pelo Município quanto pela agência reguladora, e a destinação dos recursos provenientes dessa licitação na qualificação dos serviços e, até mesmo, na modicidade tarifária. O projeto de lei é bem enxuto, como já disse, a lei federal dispensaria a remessa dele, mas a gente pretendeu, justamente, ampliar o debate sobre a matéria. E, nesse aspecto, nós deixamos bem claro que o que se pretende com ele é a concessão dos serviços de saneamento a que se refere a Lei nº 11.445, que é o marco do saneamento. E, nesse aspecto, a gente deixa bem estabelecido o que continuará com o DMAE sendo exercido diretamente, que é a captação e o tratamento da água e a drenagem urbana. E, além disso, a gente prevê, claramente também, que não envolverá, então, a extinção de nenhum cargo, nem a declaração de desnecessidade e, tampouco, acarretará no prejuízo a estabilidade dos servidores vinculados ao DMAE.

E, por fim, aqui o mais importante do projeto, que é, justamente, a destinação desses recursos provenientes da licitação para a modicidade tarifária, para investimentos, melhorias, manutenção, operação dos serviços de saneamento, em especial aqueles relacionados ao manejo das águas pluviais urbanas e

proteção contra cheias, incluídas intervenções na infraestrutura, habitação, mobilidade, urbanismo e as relacionadas que se façam necessários. Isso é importante para demonstrar que não é um objetivo arrecadatório da administração, pelo contrário, se pretende que a licitação reverta justamente na qualificação dos serviços que são ofertados pelo DMAE atualmente.
Hoje a gente está discutindo apenas a remessa do projeto de lei, ainda há um longo passo pela frente que moverá a realização do projeto, o aprimoramento dele e a realização de consulta, audiência pública, remessa do projeto ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, os órgãos de controle. E, assim, a gente vai qualificando o serviço para ficar mais próximo do que se pretende pela população. Muito obrigado e estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Dr. Carlos. Quero cumprimentar o Márcio Jacques, representando aqui, junto com a sua equipe, a sua prefeitura aqui da região; na pessoa do Michael, líder comunitário, cumprimento todos os líderes comunitários aqui. Vereador Jonas Reis, seja bem-vindo. O diretor, Luiz Afonso, está anotando aqui, está marcando o tempo, o governo gastou 22 minutos, o Simpa terá 22 minutos também, está ok?

**SRA. SANDRA DARUI:** Boa noite a todos e todas, sou a Sandra, sou servidora do DMAE há 21 anos, e hoje nós vamos ceder a palavra para a comunidade, que eu acho que é a principal interessada nisso. Então, eu vou dar 10 minutos para a Marta, ela pode discorrer, a Marta Maciel, é a representante da comunidade aqui, que até, inclusive foram vocês que a escolheram para ela falar, e ela tem uma articulação na comunidade, na defesa do DMAE e de serviços públicos de qualidade. Então, Marta, é contigo.

**SRA. MARTA MACIEL:** Boa noite, boa noite a todas, boa noite à Mesa. Esse é um manifesto popular em uma articulação comunitária na defesa do DMAE e de serviços públicos de qualidade. Nós, lideranças comunitárias, conselheiros e

delegados do Orçamento Participativo, conselheiros e delegados da região de planejamento RP5 da cidade, manifestamos nossa oposição ao projeto de lei de concessão parcial dos serviços de saneamento do DMAE.

A concessão dos serviços do DMAE irá restringir o acesso universal à água, serão cobradas tarifas injustas da população, haverá cortes de água com surgimento de contas e de valores impagáveis, especialmente em comunidades de baixa renda, redes de esgoto ficarão sem manutenção, aumentando o número de doenças, proliferação de ratos e óbitos de todas as formas.

A água é uma necessidade e um direito humano fundamental. Não pode ser tratada como uma mercadoria e entregue à iniciativa privada. Temos como parâmetro negativo a entrega de serviços de fornecimento de energia elétrica para a CEEE Equatorial, que dispensa apresentação dos seus péssimos serviços. O que também, no estado do Amapá, opera com concessão dos serviços de saneamento, podendo, assim, estar entre os possíveis interessados na concessão do DMAE. Se está ruim, pode ficar pior. Os recentes alagamentos aconteceram por problemas de clima, mas muito também pela proibição de execução de ações de limpeza e restauração das redes de drenagem, além da manutenção do sistema e proteção da cidade. Esta parte do serviço ficará pública, mas sem o dinheiro que vem das contas, ou seja, pouca coisa será feita para a população, por absoluta falta de verba. O DEP caiu justamente por este motivo. Não tinha recursos para executar as obras e isso se repetirá, caso o DMAE seja concedido.

A concessão do DMAE pode levar à priorização do lucro em detrimento do acesso universal à água, especialmente em áreas periféricas e comunidades carentes, que podem ficar sem acesso ao serviço ou ter que pagar preços mais altos - aumento de tarifas. A experiência da concessão ou privatização em outros lugares mostra que as tarifas de água e saneamento aumentam após a concessão, afetando o orçamento familiar e dificultando o acesso à água para a população de baixa renda.

Qualidade do serviço, em geral, a concessão não garante melhorias da qualidade dos serviços. Em alguns casos, pode até levar à sua deterioração,

com problemas como falta d'água, demora no atendimento dos serviços de reparo, esgoto extravasando pelas ruas, alagamento e prejuízos para os contribuintes.

Mercantilização da água. A água é um bem comum, essencial para a vida e saúde humana e não deve ser tratada como uma mercadoria com fins lucrativos.

O recurso financeiro em caixa do DMAE que soma milhões deve ser aplicado como recomposição do quadro funcional, treinamento, equipamentos, ampliação da rede de água esgoto e drenagem.

Desperdício e poluição. A realidade em países que fizeram concessão levou ao aumento de crimes ambientais e diminuindo a fiscalização e controle sobre o uso e a qualidade da água. Exemplos que já buscaram de volta o controle público em serviços de saneamento: França, Alemanha, Argentina, Estados Unidos e Reino Unido.

O retorno dos recursos para a economia local. O DMAE saudável tem capacidade de fiscalizar seus contratos, os quais geram emprego, renda nas próprias periferias. Sem o acompanhamento público, o que acontece são: reduções nos valores das contratações, empresas menores fazendo os serviços sem conhecimento ou experiência, a alta rotatividade de mão de obra, demissões logo após os contratos de experiência, e até abandono de contratos, deixando filas de pessoas sem receber suas rescisões.

Perda do controle público. A privatização tira o controle do serviço das mãos do poder público, dificultando a tomada de decisões sobre a gestão da água e do saneamento, tornando a população mais vulnerável e a decisão tomada por empresas privadas.

Demora no atendimento. As empresas privadas não mantêm pessoal para atendimento de emergências. Veja o que acontece quando falta energia. O cidadão liga para a Equatorial e a primeira pergunta é qual o seu número de contribuinte, e a espera por solução chega a semanas, como já aconteceu há pouco tempo em locais na cidade.

Alternativas à privatização. Devolução da autonomia administrativa e financeira do DMAE. O departamento da autarquia deveria tomar suas próprias decisões

de onde implantar redes, fazer obras e melhorias. Destinar os recursos que a população paga aos cofres, ao contrário do que vem acontecendo, o acúmulo de caixas sem uso onde precisa.

Gestão pública. A gestão pública da água e do saneamento é defendida como uma alternativa para garantir o acesso universal, a qualidade do serviço e a gestão sustentável desse recurso. O sucateamento que vem acontecendo retira investimento, equipamentos, materiais e mão de obra. São mais de mil cargos vagos e conhecimento que está se perdendo. Controle social. E, assim, encerramos a nossa carta.

(Manifestações na plateia.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Boa noite a todos e todas novamente. Eu saúdo a Marta, que eu acho que resumiu muito do que eu... Eu não vou repetir muitas coisas que a Marta disse, então vou me ater a outros dados. E fico feliz de ver que hoje nós vamos falar, realmente, para a comunidade e não para CC. Hoje eu fico muito feliz e vou falar com mais gosto ainda, vou defender melhor ainda o DMAE. (Palmas.)

(Procede-se à apresentação.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Pode passar. Então, na verdade, quando eles dizem que a concessão não é uma privatização, ela é. Porque são 35 anos, aliás, nem isso está decidido quantos anos são, mas, se forem 35 anos, como era o projeto inicial, muitos de nós não vão estar aqui. E, principalmente, as pessoas que decidiram isso não vão estar aqui para reverter quando der errado. E vai dar errado, e eu vou mostrar para vocês isso. Essas pessoas não vão estar aqui. Nós não vamos estar aqui. E quem vai sofrer vão ser as gerações futuras, os nossos filhos, os nossos netos. Então, na verdade, é uma decisão política. Essa decisão nunca partiu do corpo técnico do DMAE, nós, servidores do DMAE, nenhum de nós... Nós já fizemos um abaixo-assinado, nós somos menos de mil

agora em maio, nós somos novecentos e poucos funcionários. Nós já fizemos um abaixo-assinado e 900 assinaram que não querem a privatização. A gente quer trabalhar, a gente quer o que a Marta disse, a gente quer autonomia. Se não tivesse tirado a nossa autonomia, nós já teríamos feito, nós não estaríamos investindo R$ 100 milhões por ano, nós estaríamos investindo muito mais que isso. Nós não levaríamos 100 anos ou 30 anos para o esgoto ou toda a universalização, nós trabalhávamos para isso. O DMAE era público, ele era privatizado no início e não funcionava. E, para conseguir os investimentos, ele virou uma autarquia e virou pública. Então, hoje apareceu para mim... Então, o DMAE foi criado em 1961. Então, sete anos depois, nós tínhamos a maior obra da América Latina, que abastece, inclusive, a maior parte de vocês aqui, a ETA – Estação de Tratamento de Água – Menino Deus. Sete anos levou entre projeto e execução para executar uma obra grandiosa. E eu vou mostrar uma outra obra que o DMAE fez também, público. A capacidade do DMAE não é de 98% de água; desde o início de 2000, são 100%. Tem intermitência, sim. Por quê? Porque não levam a sério. Poxa, nós deixamos, em 2019, de arrecadar R$ 40 milhões para combater as perdas. Nós temos que chegar a 25% de perdas. Em 2015, o DMAE tinha 25% de perdas, quer dizer, nós pioramos. Na verdade, nenhum de nós, funcionários, queria que isso acontecesse, nós queríamos que o DMAE melhorasse. Assim como eu acho que qualquer prefeito que assume uma cidade quer que a sua cidade melhore e os seus serviços melhorem. O esgoto, sim, realmente, eu concordo, nós precisamos investir muito, mas nós já temos 91% de coleta, então não é tanta rede assim que tem que fazer. Nós temos 80% de capacidade de tratamento, mas nós temos que melhorar sim, fazer essas redes chegarem para tratamento. E são esses investimentos que a gente tem que fazer em esgoto. Mas, se a gente considerar a solução individual, porque em algumas regiões do Extremo-Sul não vai chegar a rede lá, nós vamos ter que ter outras soluções. Essas soluções são as soluções individuais. Inclusive, a NR-9, da ANA, diz que sim, que nós podemos fazer isso. Esse contrato, vai ser um contrato gigante, se for concessão, e eu vou dar exemplo para vocês de um contrato que acabou agora, esses dias, que é o contrato de

manutenção de redes de água. Tinha uma equipe que vinha aqui, junto com os nossos funcionários, e que terminou, em maio, esse contrato, e não conseguiram colocar outro contrato. Sabe quantos serviços tem atrasados de água? Só na Zona Sul, mil serviços, porque não tem um contrato. Aí, vocês imaginem se esse contrato, porque a concessão é um contrato, se esse contrato der errado, quem vai atender vocês? Se nós agora somos só 900 funcionários, daqui a 35 anos não vão sobrar 100 funcionários nossos. Não tem reversão, esse é um contrato irreversível, vai acontecer outra concessão de novo. Então, é privatização, sim. E é uma grande incerteza, não tem rescisão desse contrato. Se ele for rescindido, a multa é milionária. Por isso que não retornou na Europa ainda, eles estão esperando terminar a concessão, para retomar o serviço, porque a multa é muito grande. Esta semana, eu fui a um congresso em que apresentaram cinco cidades pequenas do Mato Grosso em que as cinco concessões deram errado. E, pasmem vocês, num município, Poconé, o investimento que o privado tinha que fazer era de R$ 12 milhões. Sabe quanto agora, 20 anos depois, no final do contrato, ele está cobrando de multa? R$ 24 milhões! Quer dizer, ele não investiu os 12 e está cobrando o dobro. Inclusive, a gente vai lançar esta semana um material sobre isso. Na realidade, a gente vê que, no Rio Grande do Sul, Uruguaiana, péssimo exemplo, a Câmara de Vereadores quer retomar o serviço, mas não pode por causa da tal multa. No Brasil, nós temos Manaus. Foi no início dos anos 2000, e eles não têm 20% de tratamento de esgoto. Adiantou conceder? É a Aegea, a mesma empresa essa que vai comprar o DMAE, se for. Mesma coisa no mundo. Londres piorou a qualidade do tratamento de esgoto, piorou o tratamento da água. Agora estão tendo que dar subsídio para a empresa concessionária, porque ela não está conseguindo fazer. E a mesma coisa aqui no Brasil. Tem vários exemplos que não são positivos. O caso da CEEE, eu não vou nem comentar. Alguém está feliz com a CEEE aqui?

(Manifestações fora do microfone.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Ninguém, né? Acho até que a Ver.ª Juliana fez essa pergunta, e ninguém levantou a mão. Inclusive o prefeito não está feliz, porque, às vezes, ele não consegue falar com o presidente da CEEE. Será que ele vai conseguir falar com o presidente da Aegea, quando der algum problema? Acho que não. Porque o serviço público é transparente. Esta semana o prefeito teve que dar a explicação no Sarandi, ele tem que aparecer. O presidente da Aegea é obrigado a aparecer? Não, não é obrigado. O mesmo caso da Corsan-Aegea. Eu botei no IA, e diz assim: "A Corsan tem vários problemas, como cobranças indevidas, falta d'água." Em Passo Fundo, faltou uma semana de água. As pessoas não sabiam fazer o conserto! Sabem qual é a nossa meta, do DMAE, de conserto? É dez horas. Nós temos que atender 85% dos consertos grandes de adutoras em dez horas. Então, é isso, tem vários problemas. Inclusive, a cobrança, o valor da Corsan é muito mais alto que o nosso. Se fosse tão bom assim, por que eles mantiveram o mesmo nome? Tem gente que nem percebeu que foi privatizada a CEEE, tem gente que não percebeu que foi privatizada a Corsan. Se fosse tão bom assim, eles teriam mudado o nome, mas eles não mudaram o nome. A Equatorial é um dos piores serviços do Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul, em distribuição de energia, é o pior. Então, problemas com contratos, não há alternativa. Resíduo... E lixo? Quem é que recolhe o lixo, se aquela empresa não fizer? Teve vários problemas: contêineres queimados, fica para fora, ninguém recolhe. No ano passado, a gente viveu uma crise do lixo em Porto Alegre. Demorou quase um ano para conseguir melhorar um pouquinho a situação. E outro problema é a terceirização. Nós temos um problema sério de terceirização no DMAE, que é a leitura das contas. Quem lembra como eram os nossos leituristas, quando eles eram do DMAE? Aconteciam esses problemas que aconteceram nas contas das pessoas? Não aconteciam! A Aegea não tem leiturista terceirizado, porque é o caixa, é a entrada do dinheiro. Vocês sabem quantas contas nós temos para revisar agora no DMAE? Cinquenta e oito mil ramais pediram revisão de conta. Nós temos 300 mil ramais. Isso é um horror! Vocês acham que com mil funcionários, lá no comercial deve ter uns 100, 200, nós vamos conseguir revisar essas contas? Está deixando de entrar dinheiro no

caixa do DMAE por causa disso. Esse é um exemplo de um outro contrato que é terceirizado e deu problema. E o saneamento em Porto Alegre é um problema de gestão, quando a gente não tem autonomia para investir, quando nos dizem, “olha, não investe nisso, investe naquilo”. Vocês deixam que alguém mexa no dinheiro de vocês quando vocês querem fazer alguma coisa no banco? Eu já fui bancária, trabalhei no Banco do Brasil, é o lugar em que as pessoas menos querem. Nós também não queremos que mexam no nosso caixa. Nós queremos decidir qual a obra é mais importante, e a gente sempre soube decidir isso. Sempre soube, quando vocês participavam do OP, quando havia mais recursos para o OP, vocês sempre souberam decidir isso. E nós também, no DMAE, a gente sabe decidir isso. Então, a evidência aponta que a gente tem que melhorar a gestão, a gente queria estar aqui conversando para criar soluções para que o DMAE ficasse melhor, é isso que a gente quer. A realidade é que, em 2023, o prefeito e o antigo diretor do DMAE tentaram a concessão, não conseguiram. Esse *slide* que vocês veem atrás dele, eu tenho, vou mostrar para vocês depois, e são os mesmos argumentos que tem agora. E o que aconteceu? No fato, em 2024, enchente, o desmonte sem precedentes dos serviços públicos leva o Porto Alegre ao colapso. Nós colapsamos ano passado, eu fiquei uma semana sem água, tem gente que ficou mais tempo sem água, dessa vez atingiu rico e pobre. Então, esse foi um colapso, realmente. A realidade é que o DMAE, que nunca teve isso, está sendo alvo de uma CPI; uma CPI porque tem um diretor que foi acusado de receber propina, inclusive vai ter o primeiro depoimento esta semana. Nós temos a Polícia Civil batendo na porta de um gerente nosso, CC, que tinha R$ 146 mil na casa dele. Vocês têm R$ 146 mil na casa de vocês? Se eu tiver R$ 1 mil na minha casa, Nossa Senhora, vou estar muito feliz! Vocês também não têm! O que ele estava fazendo com aquele dinheiro? Nós temos também o nosso ex-diretor, saiu do DMAE, dois meses depois estava trabalhando na Aegea, na empresa que vai comprar o DMAE, pode isso, Arnaldo? Como a gente dizia, não pode, gente! Então, é isso, e todas essas pessoas foram indicadas pela administração municipal.

Então, quando dizem que o DMAE não tem capacidade de investimento, o Pisa, que foi o Programa Integrado Socioambiental, que pegava bastante a região de vocês, quase todo o esgoto de vocês, vai para uma ET que vou mostrar depois, a ET Serraria. Só esse programa investiu, na época, em 2014, quando ele terminou, R$ 600 milhões, que, atualizando hoje, dá R$ 1,5 bilhões. Então, como o DMAE não tem capacidade? Tem sim! O DMAE montou um escritório só para fazer essa obra, e essa obra levantou de 27%, o tratamento, para 80%, mais a ET Sarandi, que é da Zona Norte. Então, quando falam R$ 10 bilhões, isso é muito questionável. Por quê? Porque esse valor, e eles mesmos dizem, veio do Plano Municipal de Saneamento Básico, de 2015, nós temos que ter esse plano para poder ter investimento. Mas o que eles esqueceram de dizer para vocês? Que, de 2015 para cá, o DMAE fez várias coisas, e eu vou mostrar para vocês isso depois. Então, não são R$ 10 bilhões, talvez as pessoas não tenham uma ideia do valor disso, mas é importante vocês terem ideia disso. Porque é nisso que nos enganam, que são essas coisas que vão levar 100 anos, 30 anos para o esgoto. Não é isso, e por que não é isso? Porque de investimento em água, eles falam, mais ou menos, R$ 900 milhões a R$ 1 bilhão, e não é. O DMAE já tem 100% universalizada a água, mas nós temos problema de intermitência. Aqui nas regiões altas de vocês, Santa Tereza, Morro, aqui tem um problema, sim. E nós temos também problema na Zona Leste e no Extremo-Sul. Mas o DMAE já tem contratados ali R$ 340 milhões na Ponta do Arado, que vão resolver esses problemas, R$ 84 milhões no São João, R$ 40 milhões aqui no Menino Deus, que vão ajudar justamente a região de vocês. Então, não é isso. A mesma coisa no esgoto... O esgoto, até concordo com o valor deles, em torno de R$ 2 bilhões. Lá está a ET Serraria. Essa ET foi a maior obra depois do Menino Deus que o DMAE fez e que elevou o nosso tratamento para outro patamar.

Drenagem, a mesma coisa. Nós já temos contratados para a drenagem, serão R$ 4 bilhões a R$ 6 bilhões, concordo com eles também, mas nós já temos R$ 3 bilhões contratados pelo governo federal. Só que tem que fazer, tem que botar gente dentro do DMAE, tem que botar engenheiro, tem que botar técnico, tem que botar gente para atender os conselhos de vocês, para que a gente consiga

gastar esses R$ 3 milhões, porque está sujeito a gente perder esses R$ 3 milhões.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Tempo, Sandra.

**SRA. SANDRA DARUI:** Já vou terminar agora, só tem mais um *slide*. E, justamente, ele tem um mapa que mostra que as áreas mais atingidas na enchente foram as áreas mais pobres, as áreas alagadas. Aqui tem um cronograma. Então, quando eu disse que não tem aumento de tarifa, bom, isso é questionável, em todos os lugares houve aumento de tarifa. O patrimônio continua sendo de Porto Alegre? Não vai. Quando terminar a concessão, vai estar tudo destruído, nós não vamos ter nada do que o DMAE tinha antigamente. Acho que vou passar o último *slide*. Na verdade, a realidade de muitos de vocês é que o primeiro endereço que vocês tiveram, o primeiro comprovante para vocês poderem fazer uma conta num lugar foi a conta do DMAE. Através do quê? Da tarifa social. Nós temos mais de 38 mil consumidores da tarifa social. Então, o DMAE, às vezes, chega primeiro que a Prefeitura, às vezes não tem pavimento, mas o DMAE já fez a rede de água, vocês têm um ramal, vocês têm um endereço e o nome de vocês está lá naquela continha.
Então, é isso que eu tinha para falar para vocês. Esse aqui é um pressione que a gente tem para mandar para cada vereador, para dizer assim: “Não, eu sou contra a privatização do DMAE.” Então, obrigado a todos. Boa noite!

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Sandra. A esposa do técnico de enfermagem, Márcio, está aí? O carro dela está obstruindo a saída. Não está aí? Não está aí. Pronto. Vereador Jonas, cinco minutos, o nosso diretor aqui vai controlar. Quando faltar um minuto, eu o aviso.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa noite a todas e todos. Cumprimento aqui a Mesa. E é importante lembrar onde é que nós chegamos. O Melo era vice-prefeito lá atrás, prometeu, prometeu. O partido dele, os cinco vereadores, na

época, ainda bem que eles só têm três agora, eles estão terminando, o partido dele logo vai ser extinto. Entraram três lá, literalmente, com dificuldade. Isso eles não olham. Hoje eles estão reféns de um monte de partido. O PL, do Bolsonaro, hoje está mandando e desmandando no governo – essa é a realidade. O Melo está mandando pouco. Por que que ele não vem aqui, não botou o chapeuzinho de palha dele e vem aqui encarar, olho no olho, a comunidade? Porque ele não precisa mais de voto. Ele já se reelegeu. E aí, quando o partido dele estava lá na Câmara, apoiando o Marchezan, agora ele diz que o que aconteceu no governo Marchezan não tem nada a ver com ele. Mas que tal, então? Quer dizer que o partido não faz mais parte da história de Porto Alegre? E agora ele está aqui oferecendo o que ele ofereceu como deputado. Ele votou pela privatização da CEEE, tem o dedo do Melo na venda da CEEE, ele votou, como deputado, junto com o Leite. E aí ele aparece, de vez em quando, e diz: “Ah, o Leite não faz as coisas, eu estou para cá, eu tento fazer.” Na semana passada, ele foi lá no dique do Sarandi e disse: “Eu vou fazer, vou passar na justiça, eu vou fazer.” Mentiu, não passou, esperou, foi na sexta-feira que começaram as máquinas a trabalhar, está até na postagem da Prefeitura dele lá. Então é muita garganta, é muita conversa. No ano passado, quando deu enchente, ele dizia: “A CEEE não quer ligar a luz, não conseguimos, sem luz não puxa água, por isso que está faltando água nas zonas mais altas.” Tudo é culpa dos outros. Ele disse, coitadinho, eu tenho pena dele, estou com pena dele, gente! Ele foi até a Holanda, gastaram R$ 121 mil do orçamento numa viagem para a Holanda, sem contar as passagens, está lá no Portal da Transparência. Dinheiro para isso tem. Agora ele diz: “Não tem dinheiro para fazer a drenagem da cidade, tu vês, tem que chamar a iniciativa privada.” Mas eles acharam R$ 180 milhões, no ano passado, e deram às empresas de ônibus. Como é que está o ônibus de vocês? Está bom, está uma maravilha? Está limpo, está com ar-condicionado, está cumprindo horário? Tem mais horários? Não tem? Demitiram cobradores, aprovaram lá na Câmara demissão de cobradores, criaram desemprego. Aí, agora o que a gente tem? Agora o que a gente tem?

(Manifestações da plateia.)

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Silêncio, que eu estou falando. Respeito, que eu estou falando. Vamos ter ordem aqui! Respeito que eu estou fazendo uma fala. Você pode se inscrever e fazer cinco minutos, se quiser puxar o saco do Melo aí. Isso é o problema de vocês, querem puxar o saco do Melo, o problema é de vocês.

(Manifestações da plateia.)

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Estou falando. Silêncio, respeita. Tenha educação, aqui tem que ter educação, porque eu ouvi todo mundo em silêncio.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Só um pouquinho, pessoal, vamos respeitar a fala, por gentileza.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Quem não tiver educação, que se retire. Eu sou professor, estou acostumado a pedir educação, estou acostumado. Mas falando, aí, o que a gente vê? A cidade toda alagando de novo. E a promessa dele... Ele nem vai estar mais aqui, gente, ele não vai ser mais prefeito. Termina daqui a três anos e pouco. Ele não vai estar. Vai ser uma bomba no nosso colo, lá. Vocês não sabem, o DMAE é uma autarquia que paga 34% a menos, porque não paga os impostos. Não paga impostos, porque é uma autarquia pública. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Qualquer empresa que chegar vai ter que pagar ISS, vai ter que pagar ICMS, Fundo de Garantia e Imposto de Renda, gente. Tenham consciência! Tenham consciência, membros do governo Melo – eu olho para vocês. Olhem para o povo. O que vai ser deles? Vocês não vão estar mais na Prefeitura, porque o Melo fica só três anos e meio. E aí eles vão pagar 34% a mais, porque vai estar na mão privada. São eles que vão pagar, porque nós vamos passar. E diga-se de passagem, gente, político tem vida boa, tem salário garantido. Olhem aqui, quantos vereadores tem aqui?

Tem eu e o José Freitas, que está dirigindo a Mesa. Quem mais? A Karen Santos, desculpa. Três vereadores de 35, que vocês pagam o salário deles. Vocês pagam o salário deles. Esse é o resultado. E o Melo nem veio aqui, que ganha R$ 35 mil de salário.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Ver. Jonas. A Ver.ª Karen está com a palavra.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Então, gente, boa noite. Primeiro, eu preciso pontuar, a gente está tendo algumas audiências públicas para discutir diversos projetos lá na Câmara de Vereadores. E o apelo que eu acho que a gente tem que fazer é para que as audiências sejam efetivas, e não só protocolares. Porque a gente participa de audiências públicas, enquanto oposição, onde 99% dos argumentos que são levantados pela população, pelas entidades, são ignorados na hora de apresentar a proposta, o projeto de lei. Então, que a gente não faça algo protocolar só para dizer que fez, porque é obrigatório que a gente consiga, de fato, incorporar as propostas que são levantadas nas audiências públicas.

Segundo, a discussão da concessão que o Coronel trouxe. Eu acompanho de perto a concessão do transporte coletivo por ônibus e não é bem assim romper contrato. As empresas de ônibus, hoje, prestam um serviço ruim, não cumprem as metas de qualidade, estão ilegais porque fazem a gestão do serviço de bilhetagem desde o contrato lá de 2015, e esse serviço, essa gestão deveria ser pública. A Prefeitura contratou um estudo, como contratou agora do BNDES, R$ 2 milhões, vocês tinham que ter apresentado esse estudo na Comissão Especial do DMAE da quarta-feira passada, eu faço parte dessa comissão, todo o debate que vocês estão apresentando é em cima de um estudo que vocês mesmos disseram que está defasado. No sistema de bilhetagem por ônibus também, a Prefeitura contratou um estudo da Fundação Getúlio Vargas, e até agora eu não tive acesso a esse estudo. Então, a Prefeitura fica usando dinheiro público para contratar estudos que, em determinado momento, engavetam e não valem mais

a pena, estão defasados. Então, ter essa responsabilidade de fazer um processo transparente. Transparente em qual sentido? O DMAE, hoje, eu tenho acordo com o que vocês falaram, ele é um departamento completamente picotado por contratos. A gente teve a ETA, empresa de tratamento lá da Ponta do Arado, rompeu o contrato, a gente ficou mais de um ano com a obra parada. Vocês vêm trazendo que a empresa que faz a aferição das contas de água está trazendo prejuízo para o departamento. A gente tem dinheiro em caixa, não conseguimos utilizar os recursos em caixa porque ele é completamente aparelhado por um indicado do Governo Melo que está sendo denunciado por propina pela própria empresa que presta serviço para o DMAE, está denunciando o Alexandre Garcia por propina. Então, eu não acho que seja o melhor momento para o governo Melo querer intervir ainda mais nessa lógica. E chame do que quiser: privatização, terceirização, concessão – a lógica é a mesma: cada vez mais a gente não ter controle dos contratos, fiscalização, transparência e participação popular. Porque até onde a gente deveria ter participação popular, que é nos conselhos, o Melo vem fazendo uma modificação em todos os conselhos; no conselho de mobilidade urbana, onde a gente poderia decidir o valor da tarifa; o conselho do DMAE; do meio ambiente; do Previmpa. Então, onde a população, as entidades deveriam participar para fiscalizar, para cobrar, a gente não está conseguindo ter poder de deliberação. Então, é um esquema muito bem arranjado para que a população – que paga toda essa conta – não participe das decisões e das deliberações. E com relação à questão pública, Coronel, que tu falas, é a licitação, é a burocracia, recentemente caiu caso grande do governo de vocês de corrupção na SMED, por abrir mão dos processos de licitação. Então, não acho que seja o fato de que a licitação é burocrática. Para a licitação dar certo, tem que ter servidor público, a máquina pública não pode ser desse tamaninho, tem que ter funcionário. E os trabalhadores vêm dizendo: “Vai colapsar, não tem concurso público, não tem iniciativa.” Os diretores que são colocados lá pelo Melo estão mais preocupados com as propinas do que em destravar o departamento para que tenha engenheiro, para que tenha projeto, para que use os recursos. DrenaPOA, né? O Marchezan perdeu quantos

milhões? Perdeu R$150 milhões do DrenaPOA por falta de projeto. Então, vem dinheiro do governo, dos governos, federal e estadual, para as iniciativas; se tu não tens projeto, tem que ter engenheiro, tem que ter técnico para fazer o projeto. A gente perde recurso, mas quando é para o privado, aí tem projeto. A Carris, depois que foi privatizada, comprou não sei quantas frotas novas, agora, com dinheiro público. Eles esperaram privatizar para ir pegar o dinheiro lá do governo federal. Isso não dá mais! Não dá mais para a gente conceber, porque depois a gente fica refém. Se a gente romper contrato com as empresas de ônibus, amanhã não tem ônibus na cidade, porque eles têm o monopólio dos ônibus e das garagens. Então, tu ficas refém de um contrato ruim, de um serviço precário, que coloca em risco a vida da população. Estou trazendo o exemplo dos ônibus, porque com relação à CEEE, em todas as audiências, a gente traz o exemplo da Equatorial, né? Mas em relação às empresas de ônibus da cidade também. É um serviço, são cinco empresas, cinco famílias que detêm o monopólio, e Porto Alegre fica refém, dando dinheiro público, aumentando a tarifa, reduzindo frota, precarizando o serviço. E não é isso que a gente quer para a nossa cidade, para concluir. Obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado. Próximo inscrito: Waldir.

**SR. WALDIR BOHN GASS:** Bom, boa noite. Primeiro, eu não entendi bem como é isso. Se o poder público não tem recurso para fazer chegar o saneamento a toda a população, a iniciativa privada vai ter? Quando sabemos que, bem ou mal, a preocupação da iniciativa privada também é, e em muitos casos, fundamentalmente é, o lucro? Então, essa é a primeira dúvida que eu acho que tem. A segunda, realmente não dá para jogar esse binômio assim: o que é público é ruim, o que é privado é eficiente, é eficaz. Não, não é bem assim. Tem muito, muito serviço privado que é péssimo. Má gestão pode ter no serviço público e pode ter no serviço privado. Agora, o que acontece quando não se investe no serviço público é que toda uma experiência, vamos dar o exemplo dos

funcionários do DMAE, toda a experiência que vocês vão adquirindo, enquanto é serviço público, vai ficando dentro do sistema público. O Município pode, nesse caso, se fosse o governo estadual, o federal, investir em pesquisa, em melhoria, em formação, enviando esses profissionais para se prepararem melhor, e tudo isso fica dentro do sistema público, qualificando o sistema público. O que nós vivemos no sistema terceirizado, o de concessão, que é um meio caminho, no mínimo, para a privatização, é que toda essa experiência acumulada e todo esse conhecimento acumulado a partir das empresas privadas que prestam serviços, eles acabam ficando com a empresa privada e não acumulam dentro do serviço público. E, para terminar, porque eu acho que os outros argumentos que eu até anotei já foram colocados aqui. Eu queria colocar que Porto Alegre já teve um período em que ela foi vista como a capital da democracia, e foi o motivo, inclusive, correu o mundo essa notícia, que trouxe para Porto Alegre o Fórum Social Mundial, que fez toda uma discussão exatamente sobre o projeto neoliberal, que é esse de diminuir ao máximo o estado e entregar o máximo para a iniciativa privada, o chamado estado mínimo; mas mínimo, na prática, para nós, população, trabalhadores e tudo mais, e máximo para o capital e assim por diante. E, quando Marchezan assumiu, ele não teve... O Marchezan, ao menos, era sincero, ele disse publicamente que queria fazer de Porto Alegre um laboratório da experiência neoliberal. Nós tínhamos uma expectativa de que o Melo fosse alguma mudança em relação a isso, mas, infelizmente, não é isso que nós estamos vendo. No processo da saúde, para concluir, quando dá discussão de adequação do Conselho Municipal de Saúde, todas as audiências feitas, Karen e Jonas, todas, na sua grande maioria, 99% foram contra os argumentos apresentados pelo Município - na maioria dos casos, nem tinha gente para defender o projeto do Município - e, em nenhum dos casos, isso foi levado a sério. O Melo manteve a decisão dele, fez encaminhar o que ele achava certo.  E aí eu concluo, Juarez, com uma coisa que você disse uma vez. Uma vez falei para o Juarez, quando da avenida aqui: Juarez, vamos reativar a União de Vilas, temos que entrar nessa briga. Porque tinha uma avenida que era para estar pronta para a Copa de 2014. E, a respeito de um outro investimento, que

é o Centro de Formação na Juventude, ali na União de Vilas, eu disse: por que vamos nos mobilizar? Está no livrinho. Mas esse momento em que estava decidido, estava no livrinho, e a garantia da execução da obra, já foi, não é? Hoje nós vamos precisar nos rearticular, aumentar muito a nossa mobilização e mostrar toda a força da cidadania de Porto Alegre. Tenho certeza que isso vai acontecer. (Palmas.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Waldir. Próximo inscrito, o Sr. Michael Santos, coordenador-geral do FROP Cruzeiro.

**SR. MICHAEL SANTOS:** Boa noite, Ver. José Freitas, André Coronel, demais membros do movimento comunitário, quero saudar todos vocês, parabenizar, porque, neste dia de frio aqui, está lotado, para essa pauta tão importante para a cidade, especialmente para nós, das comunidades mais carentes, que é quem mais precisa lá na ponta dos serviços públicos. Nós, que, no dia de ontem, no domingo, nos altos do Morro Santa Tereza, Jardim Europa, tivemos falta de água, algo que não foi comunicado, a gente não sabe por quê. Por que falta água na ponta do morro? Por que o investimento não chega como deveria, sendo que o DMAE, é público e notório, tem lucros de mais de R$ 120 milhões por ano há muito tempo? Mas continua com o problema de bombeamento de água nas partes mais altas, continua com falta de caixa d'água nos morros para abastecer o que acaba penalizando muitas comunidades. Às vezes, ficamos até três dias, sem água! Isso aqui não é para jogar para a torcida, Ver. José Freitas, André Coronel. Fico muito feliz de ver vocês, porque eu tenho certeza absoluta que o Ver. José Freitas vai levar para os seus pares, lá na Câmara, a nossa posição, assim como também o André Coronel, que a gente conhece e tem todo respeito, vai levar para o centro do governo. Porque nós queremos fazer essa pauta com o prefeito Sebastião Melo, nós queremos nos reunir com quem manda na cidade, nós queremos nos reunir com quem tem a caneta, para a gente poder dizer que não é esse o caminho. Na segunda-feira passada, dia 23 - levanta aí, Joyce -, ela passou lá na minha loja pedindo socorro, pois uma equipe terceirizada do

DMAE foi lá e retirou o relógio dela. Ela tem uma criança de três anos, faz bombons, faz doces em casa para poder manter a sua renda, enfim, sustentar a sua família, pagar as suas contas. É justo ficar sem água? Cadê o compromisso com as pessoas, o cuidado, a sensibilidade? Isso não está acontecendo só aqui na Vila Tronco Postão, isso está acontecendo também em outras partes. Nós temos relato lá na Vila Ecológica, em que o conselheiro mandou uma mensagem para nós, o Leonardo, colocando a mesma situação: uma multa de R$ 20 mil para uma casinha que não vale R$ 20mil. A gente até brincou com a situação - é triste, mas a gente acabou brincando: a casa dele não vale R$ 20 mil, como tem R$ 20 mil de multa? Cadê a sensibilidade? Cadê a discussão? Cadê o trabalho que tem que ser feito, consertado, explicado, dialogado no Orçamento Participativo? Quando foi chamado o Orçamento Participativo? As lideranças aqui estão em peso: os bairros Glória, Cruzeiro e Cristal estão se organizando para isso, para participar do debate, mas nunca foram chamados. Somente, graças a Deus, esta audiência pública está nos trazendo para dentro, para colocar as nossas sugestões e problemas. Nós queremos acessar o prefeito Sebastião Melo, nós queremos que o prefeito fale conosco, nós queremos colocar a bola no meio do centro e fazer essa discussão para que a população não pague essa conta, mas, acima de tudo, nós temos clareza de que a qualidade de vida só vai ser retomada na sua plenitude quando o DMAE tiver um investimento que é seu, próprio. Tem milhões já guardados, e a gente não entende por que esse dinheiro está sendo guardado, para quê e para quem, e não está sendo investido nas redes? O DMAE tem recursos, não precisamos estar pagando por isso. Cadê os funcionários? Eu sou de um tempo, quando comecei, em 1996, no OP, em que tinha mais de 2 mil funcionários no DMAE. Por que não foi feito concurso público? Por que está chegando nessa situação? É deliberado, os governos que vêm vindo lá de 1996 para cá, e aí não é só o governo do prefeito Melo que vem apostando no desmonte, na diminuição. A gente vê os funcionários, como a gente viu hoje, trabalhando hoje à tarde, ali na União Santa Tereza, na Santa Tereza, aliás, aqui (Ininteligível.), pedir socorro. O pessoal ali, sem equipamento, mas foi lá e resolveu o problema, cavou na

mão, na pá, na enxada, sem retroescavadeira, mostrando comprometimento com o serviço público. E é isso que nós temos que valorizar.

Então, o que eu quero dizer para vocês é o seguinte, não tem como dar um passo atrás em relação a isso nós, em comunidade, que mora em periferia, não defender o DMAE. Nós queremos é que o prefeito Sebastião Melo venha conversar conosco e dê três passos para trás para construir uma cidade melhor para todos. Para que seja inclusiva, para que tenha a valorização do funcionário público, que o DMAE volte a ser referência, que o DMLU volte a ser referência, que os serviços públicos tenham a qualidade que a população precisa. E nós, reforçando aqui, queremos essa agenda, estou frisando pela terceira vez, nós queremos falar com o prefeito antes da plenária do dia 15 de julho, que é a rodada do OP. Porque lá não vai ser secretário, André Coronel, com pouco mais de pessoas, lá nós vamos botar 500, 600, 700 pessoas à defesa do DMAE. E lá o tom vai ser diferente, porque o seguinte, lá não é fala de cinco minutos, lá são dez ou mais falas que vão falar essa mesma linha, que é uma posição que eu estou expressando aqui para vocês, que está no nosso documento, na expressão pessoal do Michael, da Marta, das lideranças. Isso são as três regiões da Grande Cruzeiro, eu tenho certeza absoluta que outras regiões da cidade vão se pautar por esse documento, por essa referência que é na defesa da qualidade de serviços públicos, de qualidade na defesa do DMAE, na retomada. E acima de tudo, uma discussão daqui para frente, como ficam essas dívidas milionárias que estão sendo colocadas, Ver. José Freitas? Eu acho que precisa de uma lei de vereador, lá na Câmara de Vereadores, para se não anistiar, mas pelo menos nos últimos cinco anos, ser colocada a taxa mínima que seja acessível para as pessoas pagarem. Não dá para ter conta de R$ 25 mil, R$ 50 mil reais, R$100 mil, porque as pessoas vão ficar sem água e vão ficar na ilegalidade.

O povo trabalha, aqui é um povo honesto, quer pagar suas contas, quer estar com a sua vida em dia, e o governo, o poder público tem que fazer a sua parte. Viva o DMAE 100% público, não à privatização. E eu quero fazer o seguinte, olha, antes de entregar, não tem votação em audiência, mas simbolicamente, eu

quero que levante a mão quem é contra a entrega do DMAE. Fica clara a posição da Grande Cruzeiro nesta audiência aqui. Deus abençoe a todos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Michael. O próximo inscrito, Sr. Lídio Santos, Projeto Periferia da Cruzeiro. Cinco minutos, Lídio.

**SR. LÍDIO SANTOS:** Boa noite a todos. Saúdo aqui os vereadores, a turma da Prefeitura, a nossa comunidade principalmente. Pelo que eu vi e escutei aqui, essa é a primeira comunidade que se faz presente em uma audiência pública. E que a gente vem escutando de fora, que é lotada de CCs. Então, a Cruzeiro sempre teve esse histórico de mobilização e de lutar pela comunidade e por aquilo que é público. E, por isso, muitas pessoas querem vir para cá, morar aqui, se sentir bem aqui. A privatização ou a concessão, como o governo fala, a gente conhece bem o Rio de Janeiro, a gente visita, tem parceiro lá. Lá não chega água no morro. Não chega lá nos morros do Rio de Janeiro. Principalmente no verão, não chega água lá. Como é que aqui vai chegar, se lá não chega? Esse é o exemplo que vocês mostraram. Nos outros estados, até, não tem esse conhecimento. Mas, no Rio de Janeiro, a gente tem, porque a gente vai e conhece pessoas que moram lá, e a água não chega. É precário o serviço. E, falando em concessão também, aqui no Postão da Cruzeiro, o serviço é péssimo. Olha aí a emergência, agora está lotada. Está lotada por causa da privatização, a concessão, que eles estão tentando nos vender, que é horrível. Se outros países, como foi falado aqui... Porque a nossa carta foi perfeita, que a Marta leu para nós aqui, que nós montamos, juntamos aqui, junto com o Michael, a carta foi perfeita. Se outros países estão recuando, por que a gente vai pegar esse retrocesso? Se pegar o exemplo de países de Primeiro Mundo, se o governo pegar os outros países, Estados Unidos, puxa o saco dos americanos, que eles odeiam o brasileiro, se tem lá como exemplo o vereador, tem que pegar o exemplo também que eles estão regredindo nessa ideia de concessão e de privatização. Não adianta pegar no momento e, no momento ruim, não quer

escutar e quer fazer aqui. Então, não vou ser repetitivo, as falas aqui até agora, a nossa comunidade foi perfeita e a gente é contra, sim, é uma comunidade que se mobiliza, a gente vai, como o Michael falou, a gente vai mobilizar a nossa comunidade, a gente vai lutar para a nossa comunidade. Essas multas irrisórias para o nosso povo são absurdas, são absurdas, como o Michel falou, a água está valendo mais que a casa, a gente vai trocar a casa pela água. Mas, enfim, eu quero terminar aqui, não vou ser repetitivo, a fala dos nossos irmãos aqui foi muito boa. Então, a gente é contra, aqui a Cruzeiro é contra, a nossa comunidade é contra – Glória, Cruzeiro, Cristal estão unidos contra essa (Ininteligível.) essa concessão. Como a Ver.ª Karen falou, os ônibus estão horríveis. Na Glória, está de uma em uma hora para o trabalhador voltar para casa, Ver. José Freitas. A comunidade da Glória sofre na mão para pegar um ônibus só, a partir das sete horas, o Glória tem que fazer Glorinha, Cascata, Embratel, a que horas esse trabalhador chega em casa? No Alpes, então, olha só a privatização, a concessão, como é horrível para a população da região. Final de semana, então, o cara morre aqui na parada, na Cruzeiro, esperando o ônibus. Então, é isso. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Lídio. Próximo inscrito: Sr. Alexandre Dias Abreu, do Comitê em Defesa da Água e do DMAE Público.

**SR. ALEXANDRE DIAS ABREU:** Boa noite, Ver. José Freitas, que preside os trabalhos desta audiência pública; secretário André Coronel, que representa o governo, junto com o representante do DMAE. Quero também saudar o Luiz Afonso, colega lá da Câmara de Vereadores, e os meus colegas Edson Zomar e Sandra Darui, que são colegas do DMAE. Eu quero dizer para vocês que é um orgulho ter esses dois colegas, esses dois companheiros, porque, há muitos anos, eles lutam em defesa do DMAE. E eu posso fazer uma comparação, respeitando todas as pessoas, e dizer que eles conhecem muito mais o DMAE do que aquelas outras duas pessoas que estão ali. Embora eu as respeite, são

pessoas que estão demonstrando, aqui nas suas falas, total desconhecimento da história e da condição do DMAE.

Eu gostaria de dizer que nasci e me criei aqui nesta comunidade. Eu sou da Cruzeiro do Sul. Aliás, morava aqui do outro lado da rua. Então, eu tenho 32 anos como servidor do DMAE e, quando ingressei no DMAE, tinha cerca de 3.300 servidores. Passados mais de 32 anos, hoje o DMAE tem menos de 1.000. Mas, nesse período, aumentou o número de construções na cidade, grandes empreendimentos. Portanto, ampliou-se a necessidade de serviço. Mas, em contrapartida, diminuiu a capacidade de atendimento pela diminuição de servidores.

Então, eu já começo dizendo para vocês que muitos dos problemas que a gente vê hoje em relação ao DMAE são planejados para que a cidade e as pessoas se coloquem contra o DMAE e contra os servidores do DMAE. Mas esta população aqui já demonstrou que tem capacidade de discernir as coisas e está mostrando que está aqui em favor do DMAE, defendendo os servidores públicos, porque, há muito tempo, são muito bem atendidos pelos servidores do DMAE. (Palmas.)

Quero dizer que este encaminhamento de concessão que eles estão dizendo, que é o apelido que eles deram para privatização, é a mesma coisa. Muitos aqui já disseram: eles fazem um grande esforço para dizer que não é. Mas é. Fiquem sabendo que é. Só porque a gente é aqui da comunidade mais simples, eles acham que, trocando os termos, as palavras, vão nos enrolar. Não vão. Concessão, privatização, é a mesma coisa, por elementos já apresentados pela Sandra e por outros que me antecederam.

Portanto, é um grande crime contra a cidade, porque vai nos colocar em situações similares às de muitos outros lugares, em países de Primeiro Mundo, que tiveram que reverter as suas concessões e privatizações, porque não deram conta da necessidade. Pelo contrário, pioraram os serviços e geraram grandes despesas ao erário nesses locais. Nós não queremos isso para Porto Alegre. Portanto, gente – e como muitos têm dito aqui –, muitas vezes se faz as audiências, a imensa maioria das pessoas se posiciona contra, mas, chega lá, o governo pega e encaminha.

Então, quero dizer, quero denunciar este formato de audiência pública, porque, como disse o Michael: a região da Grande Cruzeiro está de parabéns, porque, de todas as audiências que tivemos até agora, esta aqui é a maior. E nós vamos trabalhar para que outras audiências sejam tão concorridas no número de presença de pessoas quanto aqui, na Grande Cruzeiro. Mas eu quero dizer para vocês: não basta só audiência pública; nós queremos um plebiscito! Que o povo decida pelo futuro do DMAE, que o povo seja consultado pelo futuro do DMAE. Não adianta fazer audiência pública por fazer. Nós queremos que o povo tenha oportunidade. E aí, eu vou dizer: vocês vão tomar um banho de votos na Cruzeiro, na Grande Cristal e em outras regiões – na Zona Norte, na Zona Leste, em toda a cidade – porque o DMAE sempre foi um órgão muito capaz. O DMAE é um órgão superavitário. O DMAE, como já foi dito, e eu já estou quase finalizando, vereador, quero dizer o seguinte: o DMAE surgiu em 1961. Antes disso, o que existia? A gente não tinha água? Tinha. Só que a iniciativa privada não deu conta. Aí, tiveram que fazer o quê? Criar o DMAE. E hoje o DMAE tem 52% de atendimento ao esgoto na cidade, enquanto a média nacional é 55%. A grande parte disso foi feita com o departamento público, não foi com a iniciativa privada, que mostrou que não tem condições.

Portanto, é um achincalho o que fazem com a gente quando querem comparar a concessão do DMAE com a concessão de uma parada de ônibus. Mas, por favor… Aí não, né? Finalizo dizendo: o DMAE é do povo de Porto Alegre, que construiu esse departamento. Portanto, não à privatização do DMAE e um plebiscito já, que a população decida pelo futuro do DMAE.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Alexandre.

O próximo inscrito: Sr. Juarez Souza de Oliveira, conselheiro do OP da região aqui da Cruzeiro.

**SR. JUAREZ SOUZA DE OLIVEIRA:** Primeiramente, boa noite a todos, à plateia aqui, à nossa assembleia toda presente, à Mesa. Pessoal, eu sou um cara leigo, perto de tantas pessoas de faculdade, de conhecimento. Esses números, para

mim, não trazem nada. Eu faço política de comunidade. Eu sinto hoje, na minha comunidade, a Equatorial cobrando R$ 1,2 mil, R$ 1,3 mil para fazer uma ligação, cobrando de 300 moradores que moraram na mesma casinha, que era de compensado, com um puxadinho hoje, que muitos já morreram, se mudaram, ou foram até mortos aqui, e aí chegou um cidadão, compra a casinha, e hoje ele quer regularizar, ele tem R$ 20 mil de multa. Esse é o meu medo do DMAE também. Vão chegar em quem? “Se eu fizer uma compra, eu quero meu retorno. Se eu fizer um investimento, eu quero, nem que seja 5%, 20%, 30%, 50%, mas eu não vou dar água de graça para a população carente. Não é dever meu. É dever do poder público. Eu sou um cara privado.” Concordam comigo? Então, é assim, eu vou pedir a minha água lá na minha comunidade. “Vamos botar para ti um relógio, o hidrômetro, só que tem uma conta atrasada.” A CEEE Equatorial disse assim: “O que vocês deviam antes fica no CPF anterior, a gente só quer receber. A partir de hoje, tu vais pagar.” Se o DMAE vier com essa vontade, não privatizado, mas o DMAE já era para ter feito isso, a água é um bem comum, é o direito do gestor ter a água. Ninguém tem cachorrinho em casa se não tiver uma água para dar para ele. E o nosso corpo é feito de 70% de água, e querem nos tirar também o restante que a gente não consegue nem usufruir?
Então, pessoal, é assim, agradeço mesmo, Michael, o espaço que me concedeu. E ao mesmo tempo, pessoal, aqui tem vários partidos a favor e contrários, mas, por favor, audiência pública não é palanque para eleição. Não faço palanque para eleição aqui. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Juarez. Para fazer a fala final, então, cinco minutos para o governo e cinco minutos para o Simpa. O Sr. Edson Zomar de Oliveira, representante do Simpa, está com a palavra, por cinco minutos.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** Boa noite a todos presentes, ao Ver. Freitas, à representação do DMAE, ao secretário André Coronel, enfim, ao Michael, em nome dele, a todos os presentes. Esse debate, essa conversa, esse

diálogo, ele é extremamente importante, e ficamos felizes por estar hoje em uma reunião representativa da comunidade, como esperamos que todas as demais venham, assim, dessa forma.

E o debate que a gente faz aqui não é um debate partidário, ele é um debate do interesse público *versus* o interesse privado. E uma gestão pública tem que priorizar o atendimento do interesse público e não, o interesse privado. Essa é a questão fundamental. O que é um serviço público? Num mundo desigual como o nosso – hoje, alguns poucos têm muito dinheiro, outros têm algum dinheiro, alguns outros algum dinheiro, muitos têm pouco dinheiro e muitos não têm dinheiro –, o serviço público é necessário e fundamental para garantir a civilidade, a cidadania, a educação, a saúde, ou seja, a dignidade básica das pessoas. É para isso que existe o serviço público. E o serviço público, quando ele cobra alguma coisa, ou através de impostos indiretos, ou através do taxa e tarifa, é um valor que considera a desigualdade social e está imbuído no seu custo a manutenção e tendo como meta aprimoramento, a melhora do serviço. O que faz o privado? O privado, como é um negócio que tem como finalidade garantir o lucro do patrão ou dos seus acionistas, ele vai procurar fazer o quê? Gastar o mínimo possível com a prestação do serviço, através da mão de obra, de materiais, de equipamentos, de investimentos, e procurar cobrar o máximo possível. Por que isso aí? Não é por maldade, é pelo interesse de ganhar mais dinheiro. Ou alguém acha que a Aegea ou a Equatorial, as duas prováveis interessadas, vão ter uma atitude de bons samaritanos aqui com o DMAE? Não, vão utilizar a necessidade de todos para ganhar dinheiro. Ora, por que o DMAE público, então, não consegue fazer? O DMAE público consegue fazer. Quando se fala em R$ 100 milhões por ano, se fala em R$ 10 bilhões, que é o número que faz a junção do esgoto sanitário com a drenagem, deve ser essa conta que estão fazendo para dar R$ 10 bilhões, falaram em 100 anos, não é verdade isso. Eu não quero dizer que haja alguém mentindo, mas, no seguinte sentido, quando o DMAE fez o investimento do PISA, que a Sandra colocou aqui, quando fez no Menino Deus, foi dinheiro com financiamento. O mesmo dinheiro que a empresa privada vai fazer. E o que fez a Prefeitura? E vai o erro. A Prefeitura

encomendou, junto ao BNDES, um estudo prevendo a concessão e privatização total do DMAE, ou parcial, a opção do parcial. O que é a opção do parcial? O DMAE pega, capta a água do rio, faz o tratamento e entrega para a empresa, ou seja, o DMAE se transforma refém de uma empresa, abre mão da cobrança, da manutenção do sistema e passa a ser um produtor, que só tem um comprador, por 35 anos. Isso sim é uma forma facilitada de privatização, porque a empresa não vai precisar gastar com os ativos do DMAE, ela vai explorar o que tem de instalação pronta e vai cobrar por isso, não é por amor à humanidade, não é por preocupação com o bem-estar comum, é preocupação com os seus acionistas. Isso é uma verdade, todo mundo sabe, tanto é, e aí de forma respeitosa coloco, que foi criada no DMAE uma diretoria dos novos negócios. Que novos negócios? O DMAE não tem um negócio, o DMAE é um serviço público de saneamento, engloba a questão da água, a questão do esgotamento e tratamento sanitário e, no último período, a questão da drenagem, sendo que vai ficar com o DMAE o quê? Vai ficar com o DMAE a captação, tratamento e a drenagem, que tem custo, mas não tem receita. Aí se diz: “Não, o que o DMAE receber, a Prefeitura receber pela concessão, nós vamos transformar, aplicar em obras sociais e tarifa social bem custeada.” O que seria isso? Então, a empresa, se ela for dar R$ 1 bilhão para o DMAE, para a Prefeitura, em troca da concessão, esse R$ 1 bilhão vai servir para subsidiar o valor da água do DMAE, depende do preço de custo ou menor que o custo, para poder manter o lucro da empresa, será que é isso? Essa que é a questão. Esses assuntos têm que ser abertos. Então, o que a gente deveria estar discutindo agora aqui, na verdade, seria o quê? O que fazer para o DMAE público ficar melhor ainda. E, se todo o tempo gasto até agora em precarizar o DMAE, em propor negócio, mais um ano e meio de licitação, mais um ano e meio não sei do que, fosse aplicado para o DMAE ter autonomia imediata administrativa, repor o quadro dos servidores defasado e autonomia para fazer investimentos, tenho certeza que, em um ano, o DMAE, a população e a própria administração ficariam em uma situação melhor. Eu acho que esse é o propósito do debate, o propósito do debate é o que é melhor para a cidade e

não para o mercado. Então, viva o DMAE público, DMAE público estatal para todos nós. (Palmas.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, Edson. Para finalizar, representando o governo, Sr. André Coronel.

**SR. ANDRÉ FLORES CORONEL:** Ver. Freitas, obrigado pelo espaço. Cumprimento a Mesa novamente, o Edson, a Sandra. Primeiramente, eu gostaria de dizer que para nós sempre é uma alegria estar aqui ouvindo, nós, como governo, temos o hábito de ouvir as comunidades. Eu gostaria de registrar, eu acho muito importante a gente dizer para vocês, aqui, que a Prefeitura sequer deveria mandar, se quisesse, o projeto para a Câmara, ela não tem obrigação legal porque a lei federal do marco regulatório não determina o encaminhamento para a Câmara de Vereadores, para ser realizada a votação na Câmara de Vereadores. O prefeito Melo poderia, sem qualquer consulta à Câmara de Vereadores, realizar a concessão, mas não é o nosso espírito, o nosso espírito é o espírito democrático...

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Vamos respeitar a fala, pessoal, por favor.

**SR. ANDRÉ FLORES CORONEL:** ... é um espírito de respeitar as comunidades, de respeitar as pessoas. A proposta de ouvir, nas 17 comunidades do Orçamento Participativo, foi uma proposta alinhavada com a Vereadora-Presidente Comandante Nádia, por iniciativa da Câmara de Vereadores, em conjunto com o governo, porque a gente acha importante ouvir. E aqui é uma comunidade que o governo Melo tem voz e tem ouvidos; muitos que estão aqui na comunidade eu conheço e legitimo a fala de vocês. É importante ouvi-los, é importante fazer esse depoimento, porque é a forma do governo também aperfeiçoar os seus projetos. É assim que funciona uma democracia, a democracia é importante para ouvir pensamentos divergentes e respeitar a opinião de quem pensa diferente, e

a gente está aqui para isso, para discutir, para ouvir aqueles que concordam e para ouvir aqueles que discordam, e isso faz parte da democracia, e faz parte do aperfeiçoamento de qualquer projeto. Então é importante estar aqui, estar ouvindo, estar discutindo. Agora tem uma coisa, o assunto aqui não é eleição, o assunto aqui não é ideologia política, o assunto aqui é melhorar a vida das pessoas, especialmente das pessoas mais carentes e que mais precisam, e quem mais precisa de esgoto sanitário são as pessoas mais necessitadas, gente. O que a gente quer com esse projeto? Em resumo, tratando a matéria com muita seriedade, que é assim que ela merece: a gente quer é melhorar a vida dessas pessoas o mais rápido possível. E, do nosso entendimento, fruto de muito estudo interno, por mais de três, quatro anos, nós chegamos à conclusão que a forma mais rápida, mais acelerada de trazer esse retorno para essa comunidade que não tem esgoto na sua casa é através de uma concessão. É uma concessão responsável, onde a gente tem que ter um equilíbrio do valor que vai ser cobrado, da prestação do serviço e da fiscalização que vai ser realizada sobre esse serviço. Esse equilíbrio, essa responsabilidade do poder público em conduzir esse processo. Trazer esta garantia às comunidades e trazer uma garantia à sociedade de que realmente esse modelo vai ser correto, vai ser sério e vai trazer esse benefício para as comunidades. É isso que a gente quer com esse projeto. Evidente que isso é uma discussão, a decisão final vai caber à Câmara de Vereadores e, certamente, nós vamos respeitar. Mas nós temos a convicção, vou repetir, fruto de muito estudo, que esse, para nós, é o caminho para acelerar esse investimento e fazer uma entrega às pessoas que mais precisam, especialmente nas comunidades que não têm esgoto. Gente, muito obrigado.

(Manifestações na plateia.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado. Vencidas todas as inscrições, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 20h40min.)